

Desalojados voltam a Cabo Delgado enquanto a violência persiste

P publico.pt/2023/07/06/mundo/reportagem/desalojados-voltam-cabo-delgado-violencia-persiste-2055611

Amílcar Correia

“A estabilidade voltou”, diz Cristóvão Chume, ministro da Defesa de Moçambique. Mas os ataques do grupo radical islâmico Al-Shabab não pararam. Cabo Delgado ainda não fez o luto.

Este homem é Saide Rachide. Esta aldeia — cortada a meio pela estrada entre Palma e Mocímboa da Praia, em Cabo Delgado, Moçambique — chama-se Mute. Naquele dia, a 8 de Dezembro de 2020, um grupo de atacantes invadiu-a, disparou sobre a população e os militares. Saide fugiu com a mulher e os quatro filhos. Eram 16h. O muçulmano, de 30 anos, atravessou o mato até Mueda, primeiro, e Montepuez, a seguir. Mute ficou deserta.

Saide só voltou há cerca de dois meses, quando reabriu a loja, de portadas semicerradas por causa do sol, que vende o que só um funcionário público ou um europeu da assistência humanitária podem comprar: refrigerantes. Quem fantasia com Coca-Cola ou Fanta quando não tem água? “Este negócio é para comprar comida, que não temos muita. Recebemos milho e arroz, de dois em dois meses.” Um paradoxo. Saide reconstruiu a casa e a loja.

Safi Asani está sentada na berma da rua principal de Palma, capital de distrito, com três galinhas, de patas atadas. “Quando fomos atacados, nós, eu e a minha família, saímos daqui; fugimos”. Safi, uma mulher de 38 anos, cruzou o mato até Mueda e daí até Nampula. Durante a caminhada, “passei fome, frio, tive medo e vi pessoas a morrer, enquanto tentávamos fugir. Não podíamos ajudar”. Um ano após o regresso a Palma, Safi sente-se aliviada, por achar que “as coisas estão melhores”, “que não há fome” e porque, afinal, voltou à machamba; ao seu terreno de cultivo familiar. Saide e Safi têm isto em comum: uma loja aberta e uma machamba cuidada tornam a vida um pouco mais normal.

O ataque do grupo Al-Shabab a Palma, a 25 de Março de 2021, foi o mais violento do conflito armado em Cabo Delgado (o Governo nunca se comprometeu com um número oficial de vítimas, mas um inquérito do escritor e jornalista Alex Perry estima que cerca de 1200 pessoas tenham morrido ou desaparecido na sua sequência). Com supostas ligações e inspiração no Estado Islâmico, os ataques do grupo visam, por regra, alguns alvos pessoais em concreto, as instituições do Estado, os seus representantes e instalações em geral.

Foi o que aconteceu em Mocímboa da Praia, que os insurgentes conquistaram em Agosto de 2020 e que ocuparam durante dois anos, até serem expulsos por tropas ruandesas ao fim de duas semanas de confrontos. Em Mocímboa da Praia, o grau de destruição é chocante, não tanto pelos rombos causados no porto ou na igreja católica,

mas sim pela alucinante devastação do centro de saúde local. O edifício está desfeito, há documentos pelo chão, como se tivesse sido bombardeado. “Destruíram tudo, menos a maternidade”, explica Nelson Ernesto Guambe.

O director distrital de Saúde acrescenta, com orgulho sombrio, que a unidade já está a funcionar, do outro lado da rua, embora de forma provisória, num centro de formação. O quadro está reposto (dois médicos e 36 enfermeiros) e “todos os funcionários voltaram”. Segundo o jornal moçambicano Savana, o centro de saúde terá sido destruído, supostamente, por um bombardeamento do Dick Advisory Group, uma empresa de segurança sul-africana contratada pelo Governo, depois de “terem recebido ‘fogo inimigo’ a partir das instalações sanitárias”. À medida que os desalojados regressam, Mocímboa da Praia assiste à reconstrução do porto, determinante para o abastecimento à região, impossível por via terrestre, do hospital, do hotel, e ao retomar da vida comercial.

“As pessoas querem regressar ao seu lugar de origem, mas as crianças e os jovens já não têm esse desejo de retorno, porque fizeram amizades nos locais de reassentamento. Não sabemos muito bem como é que as coisas estão a correr. Sabemos que há retorno e outra vez retorno, por falta de serviços básicos”, nota ao PÚBLICO Teresa Cunha, socióloga e co-autora do estudo *Guerra, Deslocamentos Forçados e Resposta à Crise em Cabo Delgado*, da organização não-governamental Ajuda em Acção. “As pessoas estão conscientes de que não sabem o que vão encontrar; a guerra destrói muitas coisas. Não sabem, por exemplo, se a terra está ocupada. Há muitos aspectos que são obscuros. A mobilidade é condicionada”, conclui. Talvez seja por isso, como diz Teresa Cunha, que ainda haja quem esteja “à espera que a espera acabe”.

Saide, Safi e Ernesto fazem parte dos cerca de um milhão de deslocados que este conflito provocou, deslocados, na sua maioria, para locais de reassentamento providenciados pelo Estado, no Sul da província, onde receberam assistência humanitária, ou que sobreviveram mediante redes de solidariedade. Grande parte concentrou-se em Pemba, capital da província. Mas também fazem parte das 300 a 400 mil pessoas que, entretanto, decidiram voltar às localidades de origem, ora porque a intensidade do conflito diminuiu, ora porque o apoio humanitário era irregular e insuficiente.

“Criou-se a ideia de que ia chover ouro. As expectativas foram goradas. Percebeu-se que as grandes corporações não eram moçambicanas. As populações compreendem que esta situação pode não lhes ser favorável. Compreendem que são ricos miseráveis”.

Ataques continuam

“A estabilidade voltou”, declara Cristóvão Chume, major-general e ministro da Defesa Nacional de Moçambique, que antes comandou o Exército do país. Palma, com uma percentagem de regresso de 80%, segundo o ministro, é sintoma de agitação comercial, com as suas lojas de rua. Mocímboa da Praia, à qual 68% dos deslocados já voltou, é uma vila a cicatrizar com lentidão. Chume assevera que o Estado está a fornecer os

“serviços básicos”, mas reconhece que há muitas carências, também elas básicas. As mais urgentes: água, acesso ao emprego, saúde e educação. “O termómetro é a população que regressa.”

O regresso das populações só foi possível devido à intervenção dos soldados ruandeses e dos países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, que confinaram geograficamente os insurgentes e que garantem uma segurança relativa no perímetro Afungi-Palma-Mocimboa da Praia, onde se situam os recursos de hidrocarbonetos que o consórcio liderado pela Total se prepara para explorar. Cristóvão Chume está consciente da importância dessa ajuda militar para controlar a guerra.

Em declarações ao PÚBLICO, o ministro da Defesa prevê que as tropas estrangeiras só “sairão quando a situação o permitir”, reconhecendo que, actualmente, a “segurança não é total”. Cristóvão Chume também admite que os soldados estrangeiros não poderão permanecer para sempre, nomeadamente por causa do esforço financeiro que implica para os respectivos países. E sublinha esta frase: “Isto não acontece só em Moçambique. Também acontece no Uganda” — o “Ruanda e a Tanzânia conhecem o problema e os fluxos.” O ministro da Defesa considera que a abordagem “nacional, bilateral e multilateral” do conflito em Cabo Delgado pode ser uma “solução para outros países africanos”.

Este quadro significa que os ataques pararam? O relatório do mês de Maio do Cabo Ligado, um observatório do conflito, criado pelo Armed Conflict Location and Event Data Project (ACLED), Zitamar News e MediaFax, dá conta de 19 eventos de violência e outros tantos mortos, 14 dos quais nos distritos de Nangade e Muidumbe, o que representa um ligeiro aumento face a Abril. Um dos seus líderes, Issa Wachio, terá sido morto numa emboscada.

Na opinião do sociólogo João Feijó, investigador do Observatório do Meio Rural, uma organização não-governamental moçambicana, “está-se a tentar encenar um regresso à normalidade, mas os insurgentes continuam a ameaçar as pessoas. É difícil encontrar uma família que não tenha tido um familiar raptado ou desaparecido na zona mais afectada”. Ao PÚBLICO, acrescenta o investigador: “Estamos a tentar voltar a 2017, como se nada tivesse acontecido”.

O que se passa em Cabo Delgado não é uma ciência exacta. Desde Outubro de 2017 que a província tem sido atingida pela violência armada. Primeiro, vamos aos factos. A Organização Internacional das Migrações estima em cerca de um milhão o número de deslocados e o ACLED em 4300 o número de mortos. Apesar de várias tentativas, o Governo de Moçambique não forneceu quaisquer dados sobre o número de vítimas.

Agora, vamos às causas. O que está na origem de tudo isto é mais amplo. É uma mistura explosiva entre a desigualdade entre o Norte e o Sul (a província tem alguns dos índices mais reduzidos de desenvolvimento), um longo historial de conflitos (guerras de ocupação colonial, de libertação contra o regime colonial, a guerra civil), um contexto regional e internacional propício à radicalização islâmica (com o choque entre as

tradições salafita e sufi), o tráfico de drogas (proveniente da Ásia Central e que atravessa o canal de Moçambique), marfim e pedras preciosas (os rubis atraíram prospectores de diferentes proveniências) e a concentração de recursos naturais de especial importância neste momento (grafite e gás natural).

Maior investimento em África

A actuação do Al-Shabab incidiu no triângulo Afungi-Palma-Mocímboa da Praia, o Nordeste de Cabo Delgado, bem próximo da fronteira com a Tanzânia, e não é por acaso. É em Afungi que se situa a área 1 de exploração de hidrocarbonetos, cuja concessão foi entregue à Total, a maior empresa francesa e da zona euro.

A extracção de gás, propriamente dita, ainda não começou. As obras foram suspensas em 2021 e adiadas por tempo indeterminado, mas foram retomadas, entretanto, para a conclusão do acampamento industrial. É uma inevitabilidade que o maior investimento de todo o continente, avaliado em 20 mil milhões de euros, avance num futuro próximo, caso a segurança o permita. O regresso à normalidade é determinante para viabilizar a exploração dos recursos naturais da província. E estas receitas são vitais para a saúde económica do país. Ou não fosse a extracção de gás na região da bacia do Rovuma o mais gigantesco investimento actual em África. E isto não é de somenos.

“Os fantasmas dos espíritos dos mortos estão todos ali. Foi o que ouvi das pessoas em Cabo Delgado. Há um silêncio do Estado que é entendido pelas pessoas como sendo cúmplice”

Mas o que a população recebe em troca é muito pouco, face à imensidão do que está em causa, pois não pode aspirar ao emprego maciço, nem às funções mais bem remuneradas. Além disso, as receitas que revertem para a região não têm tido expressão e evidência no quotidiano de quem vive ali e só têm gerado descontentamento.

“De facto, em Cabo Delgado”, afirma Teresa Cunha, “pelas riquezas que começaram a ser divulgadas, criou-se a ideia de que ia chover ouro. As expectativas foram goradas. Percebeu-se que as grandes companhias não eram moçambicanas. As populações compreendem que esta situação pode não lhes ser favorável. Compreendem que são ricos miseráveis.”

O Governo moçambicano parece estar mais consciente disso. Ernesto Max Elias Tonela, ministro da Economia e Finanças, confirmou ao PÚBLICO que a percentagem de receitas dos recursos naturais de Cabo Delgado destinados à província vai subir de 2,75% para 10%, “para melhorar a vida das pessoas, reduzir assimetrias, financiar infra-estruturas e o desenvolvimento local”. A receita anual prevista, segundo o governante, vai rondar, nos próximos 25 anos, quase 700 milhões de euros.

O Estado moçambicano acordou com a Renamo a sua desmilitarização e entrega de todas as armas, fechando uma página sangrenta da história do país, e quer assumir o controlo de uma província que lhe escapou, para enterrar de vez o anátema da guerra.

Esse controlo é incerto, assim como o futuro, que o passado está por resolver.

É o que diz João Feijó: o projecto de Afungi vai “recomeçar à volta de um cemitério”. Porquê? “Os fantasmas dos espíritos dos mortos estão todos ali. Foi o que ouvi das pessoas em Cabo Delgado. Há um silêncio do Estado que é entendido pelas pessoas como sendo cúmplice.” O que fazer? “Falta um memorial, uma cerimónia que envolvesse os líderes religiosos islâmicos, cristãos, curandeiros, os médicos tradicionais, para reconciliar as populações com os seus mortos”. No fundo, é isto: “Estamos a tentar reconstruir o grande projecto económico — que é a prioridade —, mas ainda não se fez o luto.”

O PÚBLICO viajou a convite da Presidência de Moçambique